FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA-GO NO ANO DE 2012

KENIA LANDIN DA CUNHA BARBOSA D'ALMEIDA PAULO RICARDO ALMEIDA DOS SANTOS

KENIA LANDIN DA CUNHA BARBOSA D'ALMEIDA PAULO RICARDO ALMEIDA DOS SANTOS

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA-GO NO ANO DE 2012

Artigo apresentado à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis, para obtenção do título de Pós-graduado em Gestão Pública sob orientação da Prof.ª. Ma. Janaína T. S. de Oliveira.

KENIA LANDIN DA CUNHA BARBOSA D'ALMEIDA PAULO RICARDO ALMEIDA DOS SANTOS

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA-GO NO ANO DE 2012

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Gestão Pública da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Pós-graduado em Gestão Pública.

		Anápolis-GO, 12	2 de agosto de 2014.
APROVADA EM: _	///	NOTA	
		na T. S. de Oliveira	
	Orie	entadora	
	Prof ^a Esp. Aracelly R Cor	- 	
	 Prof ^a Dra. Elair	ne Abrahão Amaral	

Convidada

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA-GO NO ANO DE 2012

Kenia Landin da Cunha Barbosa d'Almeida¹
Paulo Ricardo Almeida dos Santos²
Orientadora Prof^a. Ma. Janaína T. S. de Oliveira³

RESUMO: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é operado pela Companhia Nacional de abastecimento (CONAB) em parceria com cooperativas de todo o país para comprar alimentos de pequenos produtores rurais e distribuir para instituições (governamentais ou não, como creches, escolas, asilos, hospitais, etc.) que necessitem de doações. O objetivo desse trabalho é estudar como o PAA modificou a vida dos produtores rurais de Silvânia em diversos aspectos, direta e indiretamente. Adotou-se a tipologia proposta por GIL (2008) pesquisa exploratória, onde envolve levantamento bibliográfico e entrevistas, para isso realizaram-se aplicações de questionários em visitas à zona rural da cidade, mais especificamente às residências dos nove participantes sorteados por amostra aleatória. O estudo se dividiu em duas partes: pesquisa teórica e aplicação dos questionários. Demonstrouse a efetividade do programa, que foi considerado nesta cidade pela totalidade da amostra dos entrevistados um programa para se indicar para outros produtores que ainda não tiveram a oportunidade de participar.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos. PAA. Pequenos Agricultores Rurais. Agricultura Familiar

¹ Pós Graduada em Análise e Auditoria Contábil pela Universidade Estadual de Goiás. kenialdc@bol.com.br

² Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Goiás. paulo.ras@qmail.com

³ Bacharel e Mestre em Psicologia. psijtsilva@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é fundamental para o avanço do desenvolvimento sustentável no Brasil. E, quando se fala em desenvolvimento sustentável, pode-se destacar dois importantes itens: a erradicação da fome e a diminuição da pobreza.

Historicamente o Estado brasileiro vem oferecendo incentivos ao agronegócio, que fomenta o desenvolvimento do latifúndio, consequentemente incentiva o êxodo rural. Há de se repensar essas políticas de forma a priorizar a agricultura familiar, que é mais comprometida com o desenvolvimento do mercado local e não apenas com o enriquecimento do produtor.

O reconhecimento da fome como forma de pobreza e exclusão social tem acarretado um esforço do governo em criar políticas específicas para aliviar a pobreza extrema, pois para garantir condições para que todas as famílias tenham acesso a uma alimentação digna, são necessárias ações como, por exemplo, baratear a alimentação para a população de baixa renda incentivando o crescimento da oferta de alimentos mais baratos (CARVALHO, 2011).

O Programa Fome Zero implementado em 31 de janeiro de 2003, diz que a pobreza não é algo furtivo, casual, mas sim resultado de um modelo de desenvolvimento que tem levado à crescente concentração de renda e ao desemprego. É um programa do Governo Federal, visando direito de alimentação à população brasileira, uma forma de promover a cidadania às populações vulneráveis à fome.

A partir daí, a agricultura familiar passou a ser mais reconhecida e valorizada, porque a alimentação básica é um direito de qualquer ser humano. E dentro do conjunto de programas e ações propostos as condições de acesso a alimentos saudáveis e adequados, principalmente às famílias de mais baixa renda surge o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na qual o Estado adquire alimentos da agricultura familiar e distribui, em creches, escolas, hospitais, asilos etc. através da criação de cooperativas de consumo, apoio à agricultura familiar, incentivo à produção para autoconsumo e combate ao desperdício.

O presente artigo tem como objetivo geral verificar se o PAA atendeu as expectativas dos pequenos produtores rurais no município de Silvânia no ano de 2012. Tem-se como objetivos específicos analisar: se houve melhoria no padrão de

vida para os pequenos produtores rurais e suas famílias no município de Silvânia; se os pequenos produtores de Silvânia se sentem incentivados a produzir mais e com qualidade; e se a remuneração com a venda da produção agrícola familiar é suficiente para sustento da família.

Após a coleta de dados foi realizada uma análise de como o PAA atingiu o município de Silvânia, município do Centro-Leste do estado de Goiás com aproximadamente dezenove mil habitantes (IBGE, 2010), que poderá ser utilizada para analogias em outros municípios brasileiros de porte semelhante, ou municípios maiores (com as devidas adequações).

Sendo assim, o estudo sobre esse tema torna-se importante por evidenciar que o PAA pôde trazer melhoria no padrão de vida dos pequenos produtores rurais, servindo de material de divulgação para que outros municípios queiram implantar o programa.

As hipóteses levantadas é que o PAA atendeu as expectativas dos pequenos produtores de Silvânia, ou seja, que houve acréscimo na renda média mensal no ano de 2012 (em relação a 2011); que o padrão de vida aumentou (acesso a serviços básicos como saúde, educação, alimentação de qualidade, cultura, etc.); e que houve crescimento no poder de compra em geral e na variedade de itens alimentícios consumidos.

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A FOME NO BRASIL

No Brasil a pobreza é uma das principais causas da fome e mesmo com o aumento da capacidade produtiva no país ainda não se tem a diminuição relativa dos preços dos alimentos e isso dificulta a capacidade de aquisição desses alimentos pelas classes menos favorecidas da população. Na realidade, não se trata de quem está comendo ou não, e sim de que essa classe que vive em permanente ameaça não tem acesso aos alimentos, não podendo adquirir uma alimentação saudável e equilibrada (CARVALHO, 2011).

Mesmo sabendo que o Brasil produz o suficiente para alimentar toda sua população, ainda tem-se milhões de pessoas não têm o acesso garantido, porque não tem poder aquisitivo suficiente para comprar os alimentos de que necessitam, ou podem-se dizer os mesmos estão mal distribuídos que ainda praticam-se

enormes desperdícios, que impossibilitam que todos possam ter uma alimentação com a qualidade e a quantidade adequadas (CARVALHO, 2011).

Todos têm o direito à segurança alimentar, ou seja, deve-se garantir o direito de acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente com base em práticas alimentares saudáveis a todos. E esse direito se localiza no conjunto dos mínimos sociais, que de acordo com Pereira (2002, p. 16), a concepção de mínimos sociais varia conforme o tipo, a lógica ou o modelo de proteção social adotado, podendo ser institucionalizada em alguns países ou restrita, isolada, não-institucionalizada em outros. E este direito é de responsabilidade dos Estados Nacionais que devem assegurá-lo e fazê-lo em conjunto com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições.

Pode-se então dizer que os mínimos sociais, resume-se geralmente, em recursos mínimos destinados às pessoas incapazes de prover sua subsistência através do trabalho. Ainda segundo Pereira, esses recursos são frequentemente identificados como forma de renda, benefícios setoriais - nas áreas de saúde, educação, habitação etc - ou categoriais - idosos, Pessoas Portadoras de Deficiências, crianças e adolescentes etc - a que têm direito todos os cidadãos do país. As necessidades e realidades das pessoas pobres exigem grandes mudanças para que haja inserção social destas pessoas (WANDERLEY, 1999).

Foi então que o programa Fome Zero criado em 2003 veio com o intuito de erradicar a fome e a exclusão social considerando-se que o problema da fome é uma questão nacional e não uma fatalidade individual. A fome existe não porque faltam alimentos, mas porque falta dinheiro ao trabalhador para poder comprá-los, ou seja, a fome está associada com a pobreza e com a impossibilidade do acesso ao consumo de alimentos pela ausência de renda. O que existe é uma incompatibilidade do nível de preços dos alimentos básicos com o poder aquisitivo da maioria da população (MDS, 2014).

O programa então propõe ações visando à redistribuição de renda, na perspectiva de que esta redistribuição possa reativar o crescimento da economia brasileira, buscando criar condições ao atendimento do direito à Segurança Alimentar, e, tentando reduzir a pobreza e miséria no país.

Com isso a agricultura familiar que segundo Wanderley é "aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo." (1999, p.52) vem assumindo um papel muito

importante no que se refere à produção de alimentos, garantindo assim a inserção dos agricultores no mercado produtivo.

A agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão ligados à família, na qual a exploração familiar assegura a subsistência do grupo e também conseguem suprir o mercado, pois os agricultores desenvolvem sistemas de produção, combinando várias culturas e criações de animais (Wanderley,1999).

A agricultura familiar apresenta características próprias onde o trabalho da produção agrícola atua junto com a preservação do meio ambiente, com utilização de técnicas não-predatórias e aproveitamento e utilização dos recursos naturais (Wanderley,1999).

Por isso essa agricultura familiar passa a ser considerada como parte importante e responsável da produção de alimentos no Brasil. Foi então que surgiu em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos que é identificado segundo Schimitt, "como o introdutor de uma nova maneira de comercialização agrícola no Brasil, ou seja, um programa que integra a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola" (2005, p. 24).

Com isso o PAA passar a ser consolidar como um importante programa entre as possibilidades de suporte à agricultura familiar no Brasil.

2. O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

O PAA é um dos integrantes da Estratégia Fome Zero e foi instituído através da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar⁴, promoção da inclusão social e econômica no campo e de formação de estoques estratégicos (MDS, 2014).

Segundo a ONU, 2014 é o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). Essa ação visa ascender o debate e a cooperação nos planos nacional, regional e mundial, para aumentar a consciência acerca dos problemas que os pequenos

⁴ É a preocupação da família de que o alimento venha a acabar antes que haja dinheiro para comprar mais alimento, passando, em seguida pela insegurança relativa ao comprometimento da qualidade da dieta, porém ainda sem restrição quantitativa, até chegar ao ponto mais grave, que é a insegurança quantitativa, situação em que a família passa por períodos concretos de restrição na disponibilidade de seus membros. (CARVALHO, SILVA, p. 22, 2011, apud GECAF)

produtores rurais enfrentam e buscar formas eficazes de apoiar a agricultura familiar. (FAO, 2014).

Nesse mesmo ano o PAA completa 10 anos de execução no Brasil, servindo de exemplo para outros países implantarem programas semelhantes (PAA África, por exemplo). O PAA deve estar em constante melhoria para continuar sendo exemplo mundial e referência em políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (MDS, 2014).

O PAA é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família (PEREIRA2 2002).

A Lei 11.428/2006 define pequeno produtor rural como sendo aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo (MDS, 2014).

A criação do PAA representou um marco na política agrícola brasileira. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com isto busca se elevar o padrão de vida do agricultor e de sua família e promover o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural (MDS, 2014).

O programa tem o propósito de resgatar e fortalecer a agricultura/ cultivo dos produtos tradicionais e regionais de cada região, garantindo a comercialização dos mesmos e estimulando os pequenos produtores a ingressar no mercado agricultor.

Consiste em adquirir alimentos dos pequenos produtores (com dispensa de licitação), que devem estar organizados em associações ou cooperativas, e repassaos aos programas públicos e organizações governamentais e não governamentais que atendem pessoas com maior vulnerabilidade social (CONAB, 2014).

A diversificação da produção agrícola fortalece a autonomia das unidades

familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à insegurança alimentar. O PAA tem contribuído para o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade de produção e produtos que antes eram pouco valorizados.

Com relação aos grupos de beneficiários existem dois: os pequenos produtores rurais, dos quais o programa adquire a produção e remunera por esse serviço, e os consumidores, que são famílias em condições alimentares precárias e entidades governamentais ou não governamentais (CONAB, 2014).

Os beneficiários são fornecedores que aqui estão representados pelos pequenos agricultores, aptos a fornecer alimentos ao PAA, ou consumidores de alimentos, que são indivíduos em situação alimentar precária e também aqueles atendidos pelas organizações sociais (PEREIRA, 2002).

O PAA atua em cinco modalidades diferentes: a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR) Doação, a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR) Estoque, PAA-Leite (Apoio à produção para o consumo do leite) e a Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF).

A pesquisa trata especificamente da CPR-Doação, cuja finalidade é o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, ou seja, promover à alimentação adequada à escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos, dentre outros.

Para isso os pequenos agricultores familiares chamados no PAA de Beneficiários Fornecedores, fornecem seus produtos através de organizações, associações e cooperativas, para que produtos produzidos pelos agricultores familiares sejam repassados a população que está inserida na situação de insegurança alimentar (WANDERLEY, 1999).

A valorização dos produtos locais/regionais pelo programa atuou na retomada e manutenção das práticas de autoconsumo entre os beneficiados. Com isso houve a diversificação e valorização desses produtos locais que, antes não tinham seu valor comercial reconhecido (CARVALHO, 2011).

Além disso, o PAA apoia os sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, pelo aproveitamento dos recursos locais e pelo respeito à diversidade cultural local. Promovendo assim a preservação e resgatando muitos costumes, hábitos e culturas que vinham sendo esquecidos ao longo das gerações.

Outro fator importante é a garantia de comercialização e a criação de novos mercados que podem repercutir em uma elevação da renda obtida pelos agricultores.

3. METODOLOGIA

Os participantes da pesquisa pequenos produtores rurais foram indicados pela Cooperativa Agropecuária do município de Silvânia num universo de 42 famílias, onde foi realizado um sorteio de forma aleatória de nove famílias correspondendo a 20% dos pesquisandos que aderiram ao PAA no ano de 2012, ano em que mais ocorreram adesões ao programa, no município estudado.

As técnicas:

- Observações que foram devidamente registradas em caderneta de campo, auxiliando posteriormente na análise de questões relevantes;
- A aplicação do questionário mostra-se como ferramenta útil para reunir um conjunto de informações e foi aplicado pelos próprios pesquisadores aos pequenos produtores rurais de Silvânia;
- O questionário foi composto de questões objetivas e subjetivas, na qual serviram para composição dos gráficos do resultado;
- Dados disponíveis nos portais de transparência dos Ministérios gestores: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A aplicação dos questionários ocorreu por meio de visitas às residências da amostra do grupo de agricultores, onde as perguntas foram lidas de forma clara e objetivo de modo que os agricultores pudessem entender e ao final de cada entrevista o termo de consentimento era lido e questionado a cada família se havia alguma dúvida sobre tal documento, para que então o mesmo fosse assinado.

3.1. PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de abril a julho de 2014. Os pesquisadores foram a campo (onde foram realizadas as pesquisas junto aos agricultores) e a entidade proponente (neste caso a cooperativa do município de Silvânia). A entidade proponente cedeu às informações dos locais e a lista de

agricultores que foram beneficiados pelo PAA em 2012 no município de Silvânia.

4. RESULTADOS

Realizou-se a aplicação do questionário com nove famílias (de um total de 42). Definiu-se a amostra a partir do pressuposto de que com 20% do total, dado o tempo disposto para realização da pesquisa (menos de seis meses), tem-se confiabilidade razoável. Dessas famílias, todas moram em terras de suas propriedades. Apesar de não ter feito parte da pesquisa, pressupõe-se que essas terras foram adquiridas através de herança (divididas entre irmãos).

Quando perguntados sobre o principal gênero produzido na propriedade, a maioria dos entrevistados não tinha um único produto, mas sim vários que faziam parte da entrega para o PAA (ver Gráfico 1). Os mais frequentes dentre os produtores foram o milho (11%) o alface (7%) e a banana maçã (7%).

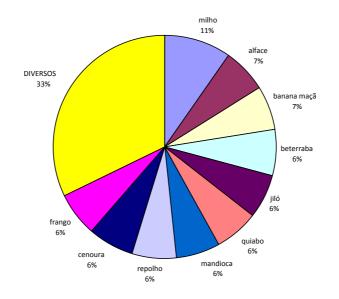


Gráfico 1: Principais produtos agrícolas produzidos pela propriedade.

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 2 mostra que também são cultivados como parte da produção secundária das famílias abobrinha (10%), alface (10%), leite (10%), dentre outros. Vale ressaltar que na época ainda era aceita a entrega de leite e frango. Hoje, por exigências sanitárias inviáveis de serem atendidas individualmente por cada produtor, esses produtos não são mais adquiridos pelo PAA. No caso dos frangos já está em fase de construção um abatedouro no município que tornará possível a

retomada da criação para comercialização formal por esses pequenos produtores.

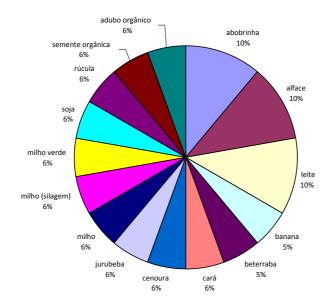


Gráfico 2: Outros gêneros produzidos.

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 3 demonstra que a forma de divulgação mais eficaz do PAA aos agricultores foi pela própria cooperativa (da qual eles já faziam parte), que corresponde a 75%. Outros meios que também foram importantes para a participação no programa foram rádio, informações repassadas por outros agricultores e visitas no campo.

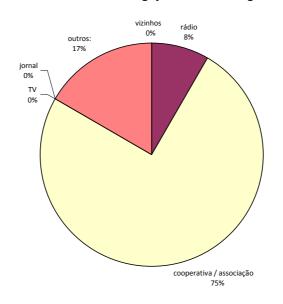


Gráfico 3: Formas de divulgação do PAA aos agricultores.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntados se esbarraram em alguma dificuldade para a

participação no programa 38% dos entrevistados responderam positivamente. Entre as dificuldades relatadas destaca-se o alto valor do frete para quem não tinha meios de transportar a produção até a cooperativa (aproximadamente R\$50,00 por semana, que representaria um consumo de aproximadamente 50% da renda que o programa oferece se consideradas entregas semanais durante o ano).

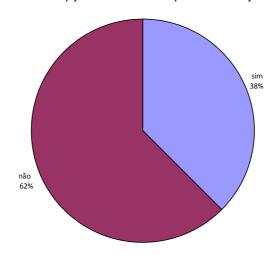
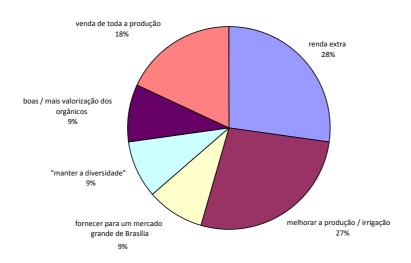


Gráfico 4: Percepção de dificuldade para a realização do PAA.

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre a expectativa na época de adesão ao programa os entrevistados disseram esperar renda extra (28%), melhorar a produção e investir em irrigação (27%), fornecer simultaneamente para grandes mercados de Brasília (9%), manter a diversidade de culturas no terreno (9%), melhorar a aceitação dos produtos orgânicos (produzidos sem componentes químicos industrializados, 9%) e a venda de toda a produção (18%) (ver o Gráfico 5).

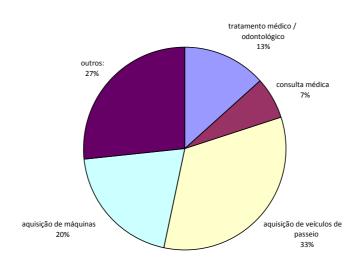
Gráfico 5: Expectativa na época de adesão ao PAA.



Fonte: Dados da pesquisa.

Relatou-se também que, com a ajuda da renda do programa, oito das nove famílias puderam ter acesso a melhorias na qualidade de vida: como aquisição de veículos de passeio, aquisição de máquinas, acesso a tratamentos e consultas médicas e odontológicas, etc. (ver Gráfico 6).

Gráfico 6: Melhorias na qualidade de vida.

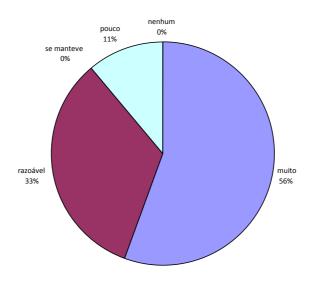


Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto a renda familiar 56% dos entrevistados disseram que com a ajuda do programa a renda aumentou muito. O percentual dos que consideraram o aumento razoável foi 33%, dos que perceberam pouco aumento foi 11%, e nenhum dos entrevistados disseram que se manteve/ não houve aumento (como mostra o

Gráfico 7).

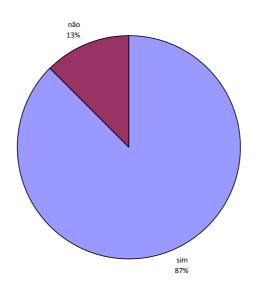
Gráfico 7: Aumento na renda familiar ocasionado pelo programa.



Fonte: Dados da pesquisa.

A grande maioria dos entrevistados (sete famílias) disseram ter reaplicado os rendimentos provindos do PAA na produção (como mostra o Gráfico 8). Essa reaplicação ocorreu na forma da compra de novas sementes, aquisição de maquinário, implantação de irrigação mecanizada, etc.

Gráfico 8: Houve reaplicação de rendimentos oriundos do PAA na produção?



Fonte: Dados da pesquisa.

Também houve aplicação dos recursos oriundos do PAA em melhorias na casa (ver Gráfico 9). Dentre essas melhorias estão a reforma (37%), ampliação

(18%), e foram consideradas outras melhorias a aquisição de eletrodomésticos, móveis e aquelas com o auxílio de recursos de outras fontes (como o programa nacional de habitação rural, PNHR, que disponibiliza os materiais para construção de novas moradias na forma de mutirão).

Ampliação
18%

Outro
36%

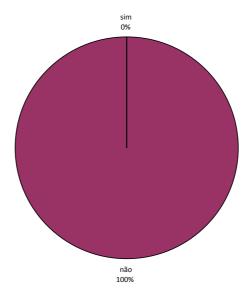
Reforma
37%

Gráfico 9: Melhorias na casa.

Fonte: Dados da pesquisa.

Todos os entrevistados quando perguntados se alguma criança ou adolescente pôde voltar a estudar após a adesão ao PAA responderam que não. Mas ocorre que das nove famílias entrevistadas, somente dois tinham pessoas em idade escolar, e dessas duas famílias, as crianças e adolescentes não deixavam de estudar para ajudar a família nas atividades rurais.

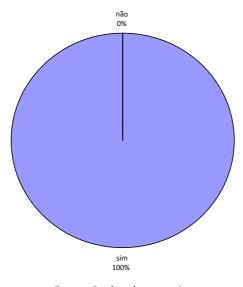
Gráfico 10: Alguma criança ou adolescente da família pôde voltar a estudar depois da adesão ao PAA?



Fonte: Dados da pesquisa.

A última pergunta do questionário era se recomendariam o PAA para outros agricultores que não participavam do programa ainda (Gráfico 11). Todos os entrevistados responderam positivamente. Apesar de algumas dificuldades informadas, compensaria, pois a principal vantagem que relataram foi que a venda dos produtos para o programa eram facilitadas pela quantidade maior que poderiam vender, diferentemente do que ocorria em feiras e de outras formas que forneciam antigamente.

Gráfico 11: Recomendariam que outros produtores aderissem ao PAA.



Fonte: Dados da pesquisa.

As falas dos agricultores entrevistados demonstram os principais motivos que levaram os agricultores familiares a aderir ao programa. Podemos perceber,

ainda, quais motivos fizeram com que os agricultores participassem do programa, os principais ganhos obtidos com a adesão ao Programa, como as melhorias nas condições de vida das famílias.

Assim, pode-se concluir que o PAA para os pequenos produtores agrícolas de Silvânia teve boa aceitação, trouxe melhorias em diversos aspectos da vida das famílias e impactou de forma positiva toda a sociedade, os agricultores que puderam escoar sua produção e as instituições beneficiadas com o recebimento de alimentos como creches, escolas, hospitais, asilos e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos do PAA é atender o maior número possível de agricultores familiares, proporcionando aos mesmos, melhoria de renda, de qualidade de vida e a diversificação da produção. Com isso o PAA vem sendo difundido para novos agricultores e novos municípios, proporcionando o aumento da capacidade produtiva motivada pela garantia da aquisição e a agregação de valor à produção.

Existe um consenso entre os beneficiários do município de Silvânia que aderiram ao PAA em 2012 (como se pode observar no Gráfico 11 e através dos comentários analisados pelos pesquisadores), de que o mesmo trouxe influência positiva, influência esta, ligada diretamente a renda do produtor, oferecendo garantias de compra a preços que paguem até os custos de produção, apresentando novas oportunidades de acesso ao mercado e a diversificação da produção.

Com isso o PAA cumpre uma função, a de suprir as necessidades alimentares e nutricionais de populações carentes do próprio município, atuando no combate à pobreza e a fome.

Constatou-se que, no município de Silvânia, o PAA fortaleceu, diretamente, os pequenos agricultores familiares, por causa da comercialização direta dos produtos agropecuários, estimulando o aumento da produção diversificada, principalmente de gêneros alimentícios e com os preços mínimos garantidos, mesmo apesar de algumas limitações, os pequenos agricultores demonstram interesse em continuar participando do programa, pois a melhoria na receita familiar é notória após a participação no programa.

Com o incentivo à produção agrícola proporcionado pelo PAA a agricultura ressurge como uma oportunidade de desenvolvimento tanto para o município quanto

para os próprios agricultores, favorecendo assim a permanência do homem no campo.

As instituições atendidas pelo programa também ajudam a incentivar os pequenos agricultores, pois elas têm cronogramas com os períodos em que os alimentos de que eles necessitam precisam ser apresentados, assim os pequenos agricultores podem fazer o plantio de diferentes tipos de produtos, visando melhorar a remuneração de cada agricultor e atender regularmente estas instituições.

Nesse sentido, percebe-se que o PAA vem apresentando resultados positivos, haja vista, que os pequenos agricultores pesquisados demonstram ter consciência da importância e da relevância que o PAA representa na vida deles principalmente porque proporciona uma melhor condição de vida.

Por isso, pode-se afirmar que o Programa é uma relevante política pública para a segurança alimentar e a agricultura familiar, pois tem apresentado resultados importantes e tem atingido um número significativo de pessoas em insegurança alimentar.

Para contribuir com os estudos que possam decorrer deste, são colocadas a seguir algumas questões que nos pareceram pertinentes à continuidade e expansão do programa.

Identificação dos parceiros que se utilizam do programa, verificar realmente se a instituição pode aderir ao programa, se a mesma está utilizando os produtos recebidos de maneira adequada.

Verificar os preços praticados no mercado, ou seja, se os valores pagos estão condizentes com os praticados em outros locais próximos, senão estão abaixo do mercado e se com os valores recebidos pelos beneficiários realmente consequem sobreviver.

Verificar se os meios de divulgação do programa atingem todos os pequenos agricultores, fazendo reuniões ou encontros com os agricultores, divulgar no rádio e até nas igrejas os locais das reuniões, entrega de cartilhas esclarecendo sobre o programa com uma linguagem de fácil entendimento por parte dos agricultores.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M.; SILVA, C. pág 22, 2011, In GECAF. Disponível em: www.conab.gov.br/. Acesso em: 07 fev. 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Agricultura Familiar**. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2. Acesso em: 04 fev. 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF UNITED NATIONS (FAO UN). FAO Participa de Elaboração do Programa de Aquisição de Alimentos para Países Africanos. Disponível em: https://www.fao.org.br/FAOpepaapa.asp. Acesso em: 07 fev. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em:

http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=522060&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas Acesso em: 25 Mar 2014.

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Estrangeiros conhecem experiência do programa de aquisição de alimentos**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/fevereiro/estrangeiros-conhecem-experiencia-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em 06 fev. 2014.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo, Cortez, 2002.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional Brasília: **Revista de Política Agrícola**, Ano XIV, n. 2, Abril/Maio/Jun. 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In Tedesco, João Carlos. **Agricultura Familiar, realidades e perspectivas**. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ABSTRACT

The "Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)" is operated by "Companhia Nacional de abastecimento (CONAB)" in partnership with cooperatives throughout the country to buy food from small farmers and distribute to institutions (governmental or not, as kindergartens, schools, nursing homes, hospitals, etc..) that need of donations. The aim of this work is to study how the PAA changed the lives of Silvânia's farmers in various aspects, directly and indirectly. It was adopted the typology proposed by GIL (2008) exploratory research, which involves literature review and interviews, for that questionnaires were administered on visits to rural areas of the city, specifically the homes of the participants randomly selected for the sample. The study was divided into two parts theoretical research and application of questionnaires. Demonstrated the effectiveness of the program, which was seen in

this city for the entire sample of respondents as a program to indicate to other producers who have not had the opportunity to participate.

APÊNDICE A – Questionário

		Questic	nário PAA Silvâni	a	
DATA:/_	_/				
1 Nomes		2 Fo:	rondo		
1 - Nome:			zenda:		
3 - Integrante	s da família e relaçã	o com o entrevista	do:		
Parentesco					
()	de a família mora é própria arrendada cedida	orópria, arrendada	ou cedida?		
5 - Qual o pri	ncipal produto agríc	ola produzido por	esta família?		
6 - Algum out	ro produto que tam	oem e produzido?			
()	aram conhecimento vizinhos rádio cooperativa / assoc outros:	()	TV jornal		
9 Hanna ala	um probleme ou dif	ouldada aam a raa	ização do program	202	
	um problema ou dif sim		não	ıa ?	
8.1 - Qual?	Siiii	()	nao		
9 - Qual era a	expectativa na épo	ca de adesão ao P <i>l</i>	A?		
10 - O PAA tr	ouxe melhoria da qı	alidade de vida de	vocês?		
	tratamento médico				
	odontológico			o de veículos de pas	seio
	consulta médica		() aquisição	o de máquinas	
()	outros:				
11 - A renda f	amiliar aumentou p	or conta do prograi	ma?		
	muito	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	se manteve	() nad	а
` ,	razoável	()		() 1144	u.
,		,	·		
	aplicação de recurs sim		não		
13 - Em quê?					
14 - Houve al	guma melhoria na c	asa?			
	Ampliação	()	Reforma	() Não houve	() Outros
(/	,p.ii.ayaa	,		() !!!!!	() 0000
	riança ou adolesce sim		voltar a estudar de não	epois que a família	aderiu ao PAA?
15 - Fees fam	ília recomendaria q	ie outros produtor	as tivassem acces	o ao nrograma?	
	sim	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	não	o ao programa :	
	ositivo, qual a idade e				
Nome	Idade Série				
16 Alauma	vutra colocação				